

CONSCIÊNCIA HISTÓRICA SUL-AMERICANA E CONSCIÊNCIA HISTÓRICA EUROPEIA

Luis Fernando Cerri¹

RESUMO

A comparação de dados empíricos de duas pesquisas diferentes sobre aprendizagem e cultura política de jovens estudantes é o tema deste ensaio. Sem pretensão de validade estatística, dadas as limitações das bases de dados utilizadas, reivindica-se apenas o exercício de comparação visando ao levantamento de hipóteses que podem ser desenvolvidas em estudos posteriores de maior abrangência e representatividade. São cotejados alguns dados resultantes do projeto europeu “Youth and History”, dos anos 1990, com dados do projeto piloto “Os jovens diante da História”, este desenvolvido sob coordenação do autor. Ambas as pesquisas sustentaram-se nos conceitos de cultura política e cultura e consciência históricas. As comparações foram feitas por meio da análise estatística descritiva e apontam, entre outras hipóteses, que há indícios de uma variável comum às representações sociais de jovens brasileiros e portugueses sobre a disciplina de história, enquanto outra variável distinta aproxima as representações de jovens espanhóis, uruguaios e argentinos.

PALAVRAS-CHAVE

Didática da história; Aprendizagem histórica; Cultura política; Cultura histórica.

ABSTRACT

The comparison between empirical data from two different researches about young students' historical learning and political culture is

1 Doutor em Educação. Professor dos programas de pós-graduação em História (acadêmico) e ProfHistória da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Pesquisa financiada com recursos do CNPq e da Fundação Araucária. Ifcronos@yahoo.com.br

this essay's theme. Given the limits of the data basis used, we don't claim statistical validity, but just a comparison exercise aiming the hypotheses surveying that can be developed on later studies with wider coverage and representativity. We collate data resulting from the "Youth and History" European project from the nineties with data from the "Youngsters in front of History" project, this one developed under the author's guidance. Both researches were sustained upon the political culture and historical culture and consciousness concepts. The comparisons were made throughout descriptive statistics analysis and points, between other hypotheses, that there are indications of a common variable to the social representations of History as a school subject of Brazilian and Portuguese youngsters, and another variable to the Spanish, Uruguayan and Argentinean youngsters.

KEY WORDS

History didactics; Historical learning; Political culture; Historical culture.

INTRODUÇÃO

Muito tem se falado em torno da expressão consciência histórica. Os mais pessimistas podem enxergar nesse processo um abuso do termo, quando muitas pesquisas que não necessariamente se referem ao tema ou não necessariamente precisariam do conceito são conduzidas a passar por esse caminho e "pagar um pedágio" teórico por isso. Seria um sintoma típico das modas intelectuais, que alçam autores e conceitos à condição de referência obrigatória para tudo, com a mesma velocidade com que são esquecidos a seguir. Nem tanto ao céu, nem tanto à terra: não nos encontramos entre os que partilham essa opinião, consideramos válida e profícua a ampla expansão das reflexões que, na Didática da História, consideram o conceito de consciência histórica, mas não podemos perder de vista a necessidade de promover o aprofundamento, diversificação e a tessitura de um olhar próprio e adaptado às nossas necessidades.

Este texto tem por objetivo trazer elementos empíricos que contribuam para a reflexão teórica sobre o conceito de consciência histórica, pensando sua articulação com a cultura histórica e as dimensões nacionais e supranacionais do fenômeno. Valemo-nos dos dados de dois levantamentos interculturais: o renomado projeto Youth and History (ANGVIK; BORRIES, 1997, PAIS, 1999) e o projeto piloto Jovens diante da História (CERRI; AMÉZOLA, 2010).

A consciência histórica, que tipo de fenômeno é esse?

A forma mais sucinta de definir a consciência histórica é “tempo significado”. Intimamente vinculada com a dimensão identitária, a consciência histórica possibilita a orientação no tempo. A filósofa Agnes Heller, olhando a partir da dimensão coletiva e histórica, assim define: “A pergunta nunca muda, mas as respostas variam. A resposta à pergunta – ‘De onde viemos, o que somos e para onde vamos’ será chamada ‘consciência histórica’ e as múltiplas respostas a ela, diferentes em substância e estrutura, serão ditos estágios da consciência histórica [...]” (HELLER, 1993, p. 15). De fato, o estudo da consciência histórica alcançou um espaço central nas reflexões que envolvem a teoria da História e o ensino da História na atualidade, e um rastreamento dessa história das ideias pode encontrar um epicentro na Alemanha nos anos 1970, sua difusão para as comunidades de pesquisadores anglófonos e francófonos a partir dos anos 1980 (LAVILLE, 2004). Salvo melhor juízo, a primeira publicação no Brasil desse grupo de alemães que refletem sobre a consciência histórica é o texto de Jörn Rüsen na revista História: Questões e Debates, de 1989.

Como em todos os processos sociais, a consciência histórica tem um lado individual (ontogenético) e um lado coletivo (sociogenético): o indivíduo se constitui na sua relação pessoal com o tempo, ao constituir uma memória das próprias experiências e das experiências que não são suas, mas às quais tem acesso

através do que os outros contam. Assim, cada consciência, como cada personalidade, é única como uma impressão digital. Nesses termos, o correto seria falar, no plural, em consciências históricas. Mas além desse processo de construção do eu de dentro para fora, há o caminho inverso, pelo qual nosso meio social também nos constitui. Ainda assim o indivíduo não perde sua importância, principalmente nas sociedades modernas que são, por definição, heterogêneas e complexas, e por isso faz muita diferença de que indivíduo estamos falando, de quais instituições ele participa no conjunto das múltiplas esferas da vida social. A consciência histórica é, portanto, um fenômeno a ser encarado em seus aspectos intra e extra-individuais, pessoais e coletivos. Quando consideramos seus aspectos sociais, encontraremos mais semelhanças nas manifestações de consciência histórica dentro de uma mesma sociedade? Ou serão essas semelhanças encontradas em agrupamentos e organizações que se encontram em diversas unidades regionais ou nacionais? Haveria elementos da consciência histórica que responderiam mais às especificidades nacionais e, portanto, se articulariam com determinadas culturas históricas e, em contrapartida, outros aspectos que ignorariam ou ultrapassariam a dimensão regional ou nacional? Como haverá de se expressar empiricamente esse fenômeno, no quadro atual em que a cultura se mundializa?

Consciência histórica, identidade, alteridade e orientação temporal

Tendo tudo isso em conta, como estudar a consciência histórica? Uma saída é trabalhar, qualitativamente, com indivíduos e pequenos grupos, buscando apreendê-los em suas especificidades, nas características e combinações irrepetíveis do sujeito e seu(s) grupo(s). Outra é procurar uma dimensão mais panorâmica, buscando os números que sintetizem e traduzam as opiniões e pensamentos de amplos conjuntos de pessoas. Já é bastante consolidado que essas duas estratégias – qualitativa

e quantitativa – não são concorrentes, mas complementares (GÜNTHER, 2006). Ainda assim, uma abordagem qualitativa que busque dar conta das especificidades regionais e nacionais, mas também as similaridades que ultrapassam a dimensão particular, necessitará buscar os recursos da educação comparada e se beneficiará decisivamente dos resultados de levantamentos quantitativos, para dimensionar a significância e representatividade de suas descobertas.

O projeto europeu Youth and History, desenvolvido nos anos 1990, marcou época no campo dos estudos da educação escolar de História e suas relações com a cultura política (em poucas palavras, os padrões de relacionamento social nos processos de construção de decisões), a cultura histórica (ou seja, os padrões de representação do passado) e consciência histórica (os padrões de relação com o tempo). Com base na teoria da consciência histórica tal como definida pela vertente alemã da Didática da História sustentada em nomes como Jeissman, Rüsen e Bergmann, o projeto coletou dados com dois questionários, a professores e alunos, com 33 mil respondentes.

Entre 2007 e 2009, um pequeno grupo de brasileiros, uruguaios e argentinos, inclusive o autor, replicou a pesquisa europeia em seus respectivos países após adaptá-la às características regionais, num piloto que envolveu cerca de 1600 respondentes e foi denominado “Jovens diante da História”. Mesmo não trabalhando com uma amostra probabilística, como foi o caso da pesquisa europeia, e sem desconsiderar a década que separa as duas investigações, os dados produzidos autorizam algumas reflexões e inferências quanto às características da relação de jovens europeus e sul-americanos com a História, assim como sobre o método – a pesquisa quantitativa e a análise estatística – para o estudo empírico do conceito de consciência histórica. É esta análise comparativa preliminar, baseada teoricamente no conceito de consciência histórica e metodologicamente nas es-

estratégias da estatística descritiva, que esta comunicação se propõe a empreender.

Há diversas limitações nos ensaios estatísticos descritivos a seguir sobre as quais é necessário advertir os eventuais leitores, em geral não familiarizados com a pesquisa quantitativa, inusual em nosso meio. A primeira delas é quanto às características informativas das medidas de tendência central. Destas medidas, a mais conhecida é a média, aqui utilizada quase exclusivamente, pois não tivemos acesso ainda aos dados completos do projeto europeu, com os quais seria possível traçar outras medidas de tendência central.

A média tem como principal demérito o fato de perder os detalhes da amostra, e como principal mérito a capacidade de traduzir em um só número uma grande quantidade de números. Acompanhada de outras medidas, a média é capaz de nos informar o movimento ou a tendência de coletivos, embora não seja capaz – nem tenha a intenção – de explicar sozinha as individualidades e especificidades.

Outra limitação se refere à diferença entre as amostras, sendo a europeia probabilística (ou seja, pode medir a chance de erro em relação ao universo que representa) e presente em todos os países europeus, enquanto a sul-americana, inclusive por suas limitações financeiras e logísticas, é não-probabilística (ou seja, só pode estimar o erro em função da própria amostra, e não em relação ao universo do qual foi extraída) e restrita a três países do subcontinente.

Por fim, mais de dez anos separam uma pesquisa da outra, e, portanto, os dados encontrados na Europa podem não ser mais os mesmos. As médias europeias podem ter se aproximado ou se distanciado ainda mais das sul-americanas: o mais provável é que não tenha havido estabilidade, tanto pelo fato de que uma nova pesquisa abordaria outras pessoas, quanto pelas mudanças que ocorreram entre 1995 e 2007 e a situação atual, por exemplo, em

que a unidade europeia, representada pela moeda Euro, encontra-se na sua crise mais importante desde o Tratado de Maastricht, em 1992.

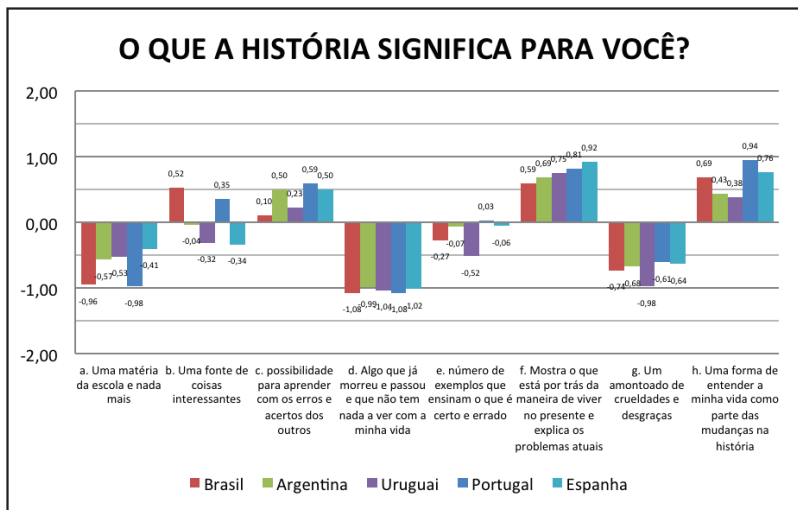
Pelo lado das aproximações, tanto a pesquisa europeia quanto a sul-americana se envolvem com as preocupações e perspectivas de unificação continental, em contextos de formação de grandes blocos econômicos. De nossa parte, a unidade latino-americana é um sonho progressista cantado em verso e prosa desde o século XIX.

Uma pequena observação técnica: na maior parte das questões, a escala para a medida das respostas foi a escala de Likert, ou escala de atitudes, uma estratégia da estatística que permite respostas mais detalhadas, nas quais o pesquisador tem a possibilidade de dimensionar não apenas o que os sujeitos responderam, mas a intensidade com que o fizeram. A escala de Likert consiste em uma série de respostas a escolher, que representam uma série ordenada de respostas que vão da rejeição total ao item ou afirmação, passando pela neutralidade, até a aceitação ou concordância total com o que a pergunta propõe. O tratamento dado aqui e no projeto europeu ao qual nos referimos é a confecção de médias, considerando cada resposta como um número ordenado dentro da escala (no caso europeu, de 1 a 5, e no nosso caso, de -2 a 2). É também possível e interessante usar outras medidas de tendência central e dispersão, mas isso não foi possível porque não temos os dados brutos do projeto europeu, apenas os dados já tratados.

O valor da História

Como professores de História, nossa primeira preocupação se refere ao que os alunos pensam sobre a matéria à qual nos dedicamos. O Gráfico 1 sintetiza as respostas dos discentes quando perguntados sobre o significado da História, que deixam claro que “História” excede muito o que se estuda na sala de aula.

GRÁFICO 1



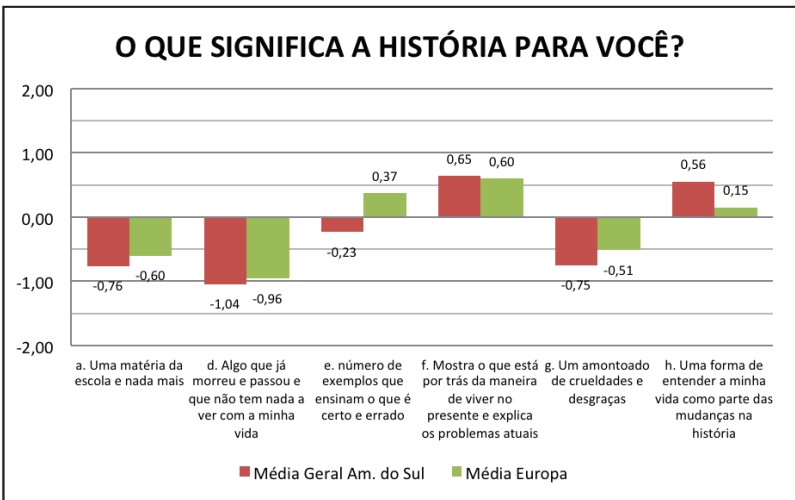
Fontes: Planilhas do projeto *Jovens diante da História* (2007-2009); PAIS (1999).

A compreensão de história como uma ocupação útil e necessária das pessoas é a visão predominante em todos os casos. Coincidem as amostras brasileira e portuguesa no rechaço máximo à afirmação contrária, bem como no maior entusiasmo com a história como uma fonte de coisas interessantes e que estimulam a imaginação do aluno, e ainda na maior rejeição à história como inventário de desgraças e crueldades do passado. É fascinante como Espanha e nossos vizinhos de colonização hispânica também parecem mover-se de modo sincronizado nesses aspectos, com o mesmo sentido, mas com menor intensidade, em negar que a história seja inútil, e no sentido contrário, no que se refere aos aspectos de fruição estética e apreensão retórica do conhecimento histórico. A pesquisa europeia (ANGVIK; BORRIES, 1997, p. A66) também indica que Portugal, ao lado de Reino Unido e Bulgária, estão entre os países cujas amostras revelam maior valorização da história. Também são luso-brasileiras as amostras que recusam com mais intensidade a ideia de história como uma narrativa cuja funcionalidade está dada por fornecer exemplos

com características morais (certo ou errado), o que é indicativo de uma cultura histórica moderna, e se reflete em todos os outros casos, ainda que de forma menos marcada.

O que este gráfico tende a indicar, no aspecto da relação com a história e, portanto, das representações que se fazem em relação ao conhecimento do homem no tempo, é de uma interessante continuidade e tendência a médias parecidas entre Brasil e Portugal, bem como entre Argentina, Uruguai e Espanha, nesse aspecto. Sem pretender nenhuma generalização para todos os tópicos da cultura histórica, esses dados sugerem que as identidades venham se produzindo mais pela partilha da língua e características culturais com as antigas metrópoles que pela proximidade geográfica, e reforça-se a tese de que a cultura, a identidade e a política dos países da América do Sul foram construídas de costas para os países vizinhos e de frente para a Europa.

GRÁFICO 2



Fontes: Planilhas do projeto *Jovens diante da História* (2007-2009); PAIS (1999).

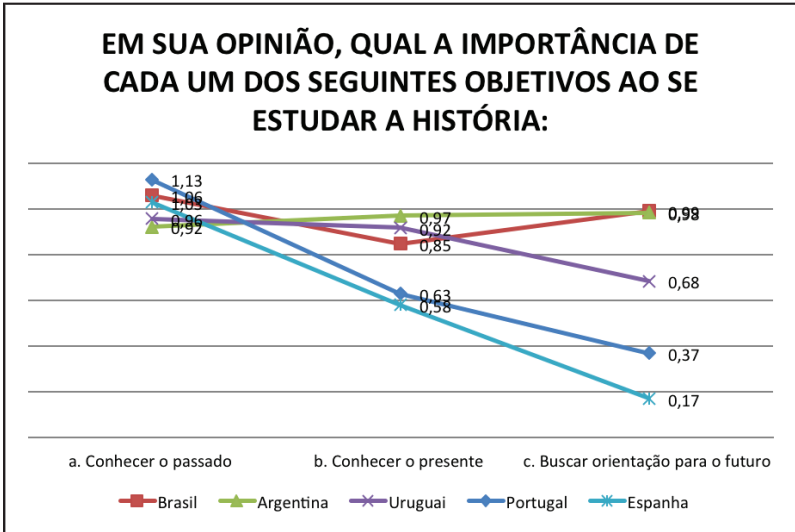
O Gráfico 2 deve ser trabalhado com igual ou maior cautela, porque além dos problemas de expressar a realidade que têm

as médias em si e uma média nacional em particular, somam-se os problemas de médias constituídas, por sua vez, pelas médias de vários países. Dito isso, a História tende a aparecer como mais importante, interessante, ligada às vidas pessoais na América do Sul que na Europa, enquanto nesta o modo exemplar de produção de sentido histórico tende a maior credibilidade ou aceitação.

Esses dados poderiam sugerir que, por seu maior entusiasmo com a história, os jovens americanos indicariam uma maior dependência ou fixação em relação ao passado que os jovens europeus, mas os dois gráficos seguintes, referentes à pergunta sobre a importância do estudo da História, desfazem essa sugestão. No gráfico 3 foram dispostas em linha as médias nacionais das respostas para a pergunta “Estudar a história é importante para: conhecer o passado/ conhecer o presente/ buscar orientação para o futuro.” Dos cinco países, Brasil e Argentina demonstram um movimento comum que pode ser descrito com altas taxas de valorização da História para conhecer o passado (mas não tão altas quanto as de Portugal), mas, ao contrário dos demais, mantém-se a valorização da história para conhecer o presente e, num empate, a valorização da história para buscar orientação para o futuro. Nos demais países, e portanto nesse caso, a amostra uruguaia tem um comportamento similar às amostras europeias, a linha descendente se estabelece da importância para conhecer o passado, declinando para a importância para conhecer o presente e atingindo as médias mais baixas na importância da história para orientar-se para o futuro.

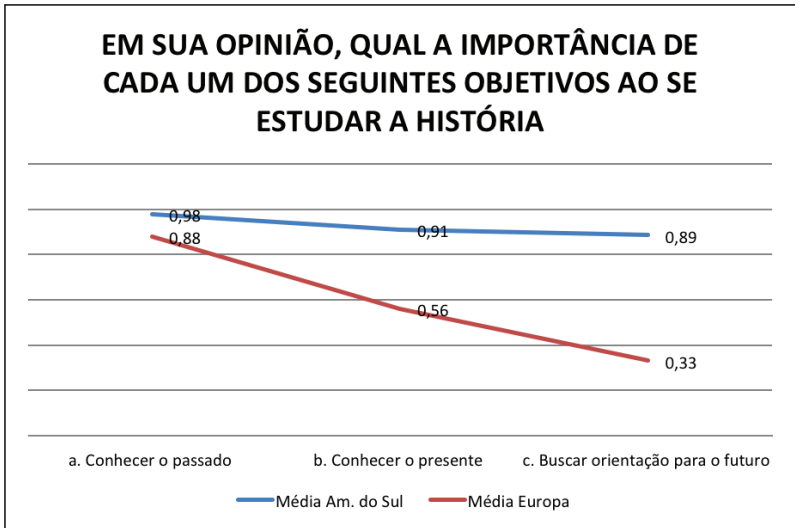
Em outros termos, para argentinos e brasileiros, na média, o estudo da história é relevante na orientação para o futuro, o que não se verifica para o restante das amostras nacionais selecionadas. Essa tendência não se refere apenas ao futuro, mas também à importância da história para conhecer o presente, também mais valorizada para argentinos e brasileiros. Por consequência, provavelmente nesses países é possível encontrar um quadro de cultura histórica mais favorável à orientação temporal, entre outros fatores intervenientes na consciência histórica, como os dados da cultura política, por exemplo.

GRÁFICO 3



Fontes: Planilhas do projeto Jovens diante da História (2007-2009); PAIS (1999).

GRÁFICO 4



Fontes: Planilhas do projeto Jovens diante da História (2007-2009); PAIS (1999); AN-GVIK e BORRIES (1997).

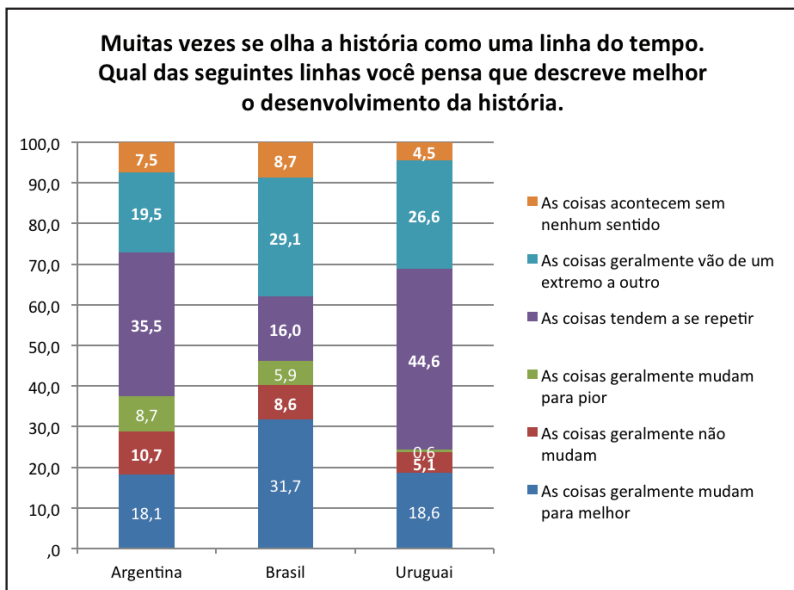
Rascunhos de mapas temporais

A orientação temporal é definida pelos estudiosos como a competência de, conhecendo e interpretando o tempo, definir fatores para conduzir as próprias ações no presente, tendo em vista suas intenções e as de seu grupo. Não há, desse ponto de vista, competência em si, mas tão somente para si. Essa competência de orientação está sempre baseada em uma perspectiva de como as coisas se comportaram no tempo, e de como tendem a comportar-se, para o indivíduo, seu grupo, a sociedade maior na qual se insere e o mundo. A pesquisa Jovens e a História tentou esquematizar essa perspectiva em setas que indicariam as tendências gerais de mudança no tempo, que indicariam, à escolha do sujeito pesquisado, ascensão ou progresso, queda ou decadência, estabilidade, circularidade (dividida entre ciclos de repetição e ocorrência súbita e alternada de extremos) e caos ou ausência de qualquer ordem identificável na história. A visão judaico-cristã corresponde, em geral, à ideia de queda, na qual a história humana vai da comunhão com Deus a uma decadência constante do mundo (mas não dos filhos de Deus ou dos escolhidos), expressa em diversos sinais, até o juízo final, o último dia e a comunhão dos santos. Para a cultura europeia da modernidade, como outro exemplo, o tempo se expressa como uma ascensão contínua propiciada pelo avanço da ciência e da técnica, os seguidos acréscimos de racionalidade na história, que favorece o aumento da riqueza e da melhoria geral das condições de vida. Em ambos os casos, a história tem um sentido imanente, uma razão, obedece a um princípio, seja ele o plano de Deus ou a disseminação da racionalidade. Diferentemente, se olhamos para antes ou para fora do tempo-espaço das grandes religiões mono-teístas, ou para a pós-modernidade, a história não é vista como portando um sentido interno, seja ele qual for, e predominam as ideias de circularidade, pendularidade ou caos, no sentido de ausência de um princípio regulador universal e a ocorrência de interações de forma puramente aleatória.

No gráfico 5 vemos os resultados da pesquisa sul-americana nessa questão. Destaca-se que os itens que predominam em cada uma das amostras são diferentes: brasileiros são mais adeptos da perspectiva da história como progresso ou ascensão, embora a perspectiva pendular também se destaque e supere a porcentagem desse mesmo item nas outras duas amostras nacionais. Para uruguaios e argentinos – e muito mais clara e intensamente para uruguaios – o fator dominante na explicação do sentido do tempo é o ciclo, a repetição periódica das coisas, seguido do movimento pendular, este a segunda forma mais escolhida pelos brasileiros. Agora, argentinos e uruguaios se distanciam da amostra ibérica, na qual a representação da história como uma seta ascendente ficou com 30 a 40% das escolhas, números próximos aos da amostra brasileira (BORRIES in ANGVIK e BORRIES, 1997, p. 203).

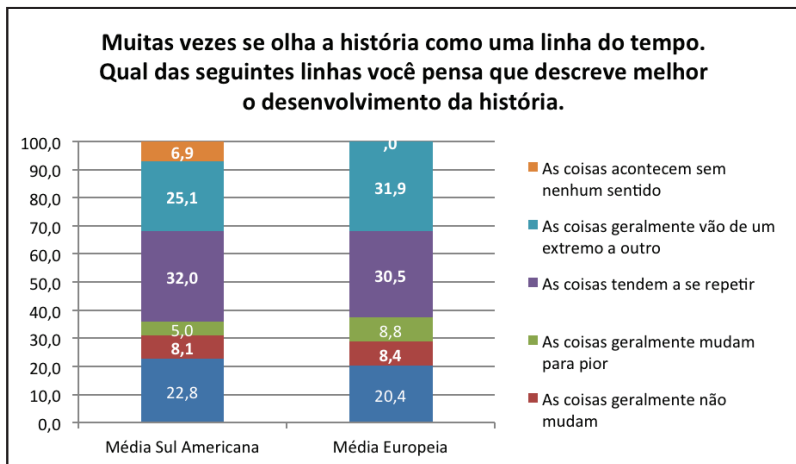
De acordo com Bodo Von Borries (1997, p. 204), a pesquisa europeia gerou, a partir dos dados originais, o construto “percepção do desenvolvimento genético” (uma ampla percepção de desenvolvimento não ambíguo ou de um processo orientado), indicador constituído a partir de diversas respostas; estabeleceu o quanto os respondentes representaram o tempo como orientado por um princípio ou fator organizador (taxas mais altas ou mais baixas) e o quanto a história apareceu para os respondentes como tendo um desenrolar não atrelado a quaisquer princípios ou fatores (taxas médias, vinculadas a respostas que marcaram o desenvolvimento da história como estável, repetitivo ou mudando aleatoriamente). Para Borries, a predominância da representação do tempo sem fatores organizadores expressivos indica uma versão cotidiana da teoria pós-moderna da história. De qualquer forma, as regiões da Ibéria e Escandinávia (exceto Finlândia) e Reino Unido manifestaram as médias mais altas de escolha da seta ascendente para explicar a história/ o tempo. No Gráfico 6 são comparados os dois continentes, e deve-se considerar a grande diversidade interna em cada caso ao ler as médias gerais.

GRÁFICO 5



Fontes: Planilha de dados do Projeto Jovens diante da História (2007-2009).

GRÁFICO 6

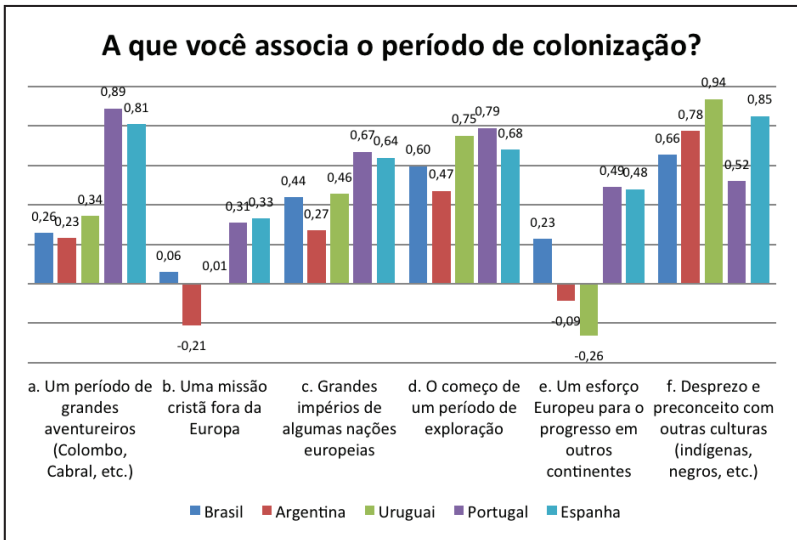


Fontes: Planilha de dados do Projeto Jovens diante da História (2007-2009) e AN-GVIK & BORRIES (1997).

Alteridade e identidade na composição do nosso presente

Quando buscamos pensar em identidades sociais e nos fatores que, pertencendo ao passado, continuam influenciando no nosso presente, estamos operando a consciência histórica. Os padrões de produção de sentido que utilizamos, visíveis nas narrativas que desenvolvermos, indicarão as características da nossa consciência histórica, ao menos no momento. As questões dos Gráficos 7 e 8 estabelecem uma amostra da possibilidade de levantar dados nessa direção, confrontando os sujeitos pesquisados com duas situações: avaliar o significado da colonização e estimar atitudes pessoais e coletivas para reconhecer – ou não – e mitigar os eventuais prejuízos da exploração (colonial ou social) que estariam ainda produzindo efeitos no presente.

GRÁFICO 7



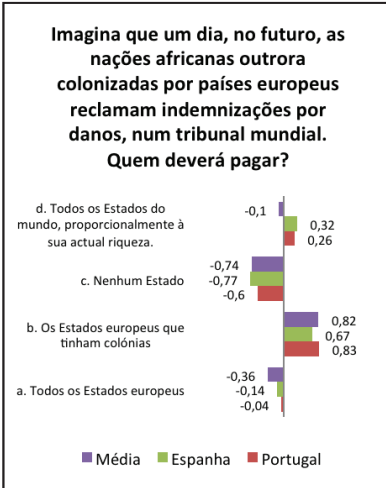
Fontes: Planilhas do projeto *Jovens diante da História* (2007-2009); PAIS (1999).

O primeiro elemento que salta à vista é a diferença entre ibéricos e sul-americanos no significado da colonização, quanto aos indivíduos envolvidos. Portugueses e espanhóis associam fortemente o período de colonização com personagens representativos: navegadores, aventureiros, como Colombo, Vasco da Gama, Cabral (este aparecendo apenas no questionário brasileiro). Os jovens sul-americanos os reconhecem, mas com uma intensidade muito menos expressiva, mais próxima do eixo da neutralidade (0).

Todos associam o período com o desprezo e o preconceito pelas culturas indígenas e africanas, mas essa associação é mais fraca entre os jovens portugueses, seguidos dos jovens brasileiros. Coincidentemente, portugueses e brasileiros, agora junto com espanhóis, aderem com mais intensidade, na média, à afirmativa que traduz a ideia da colonização como o “fardo do homem branco”, ou seja, um “esforço europeu para o progresso em outros continentes”. Argentinos e uruguaios demonstram que essa perspectiva, historiograficamente em desuso, já sofreu a necessária revisão na cultura histórica local. Brasil, assim, demonstra nesse aspecto a manutenção de uma perspectiva que poderia ser descrita como ingênua, ao assumir argumentos mais interessantes para os colonizadores. Outra explicação possível é que a elite brasileira tradicionalmente é ou esforça-se em ser uma extensão da elite europeia, uma vez que o próprio surgimento e reconhecimento do país explica-se no contexto das restaurações monárquicas do início do século XIX, em vez dos ciclos revolucionários um pouco anteriores.

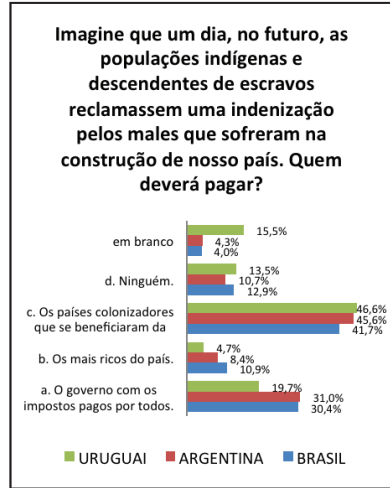
As pias razões cristãs para a colonização não encontram respaldo na América, mas não há uma negação contundente, embora a amostra argentina demonstre uma fraca oposição à afirmativa. De novo, a amostra brasileira indica uma leve aceitação da afirmativa, ainda que muito próxima da neutralidade.

GRÁFICO 8



Fonte: PAIS (1999).

GRÁFICO 9



Fontes: Planilhas do projeto Jovens diante da História (2007-2009).

Os gráficos 8 e 9 estabelecem uma situação hipotética em que o passado (nações outrora colonizadas por países europeus, no questionário europeu, ou povos indígenas e descendentes de escravos no questionário americano) cobra uma decisão com influência sobre o futuro (quem deve pagar a reparação/ indenização). Por opção da equipe sul-americana, a escala adotada foi diferente, o que impossibilita um cotejamento direto, mas é possível perceber que tanto espanhóis quanto portugueses, e a Europa, admitem a tese de que há um prejuízo a ser compensado, e indicam os estados europeus coloniais como os indenizadores. Jovens sul-americanos concordam com isso, em geral: a dívida deve ser paga pelos países colonizadores, mas nesse caso o quadro era um tanto diferente: os indenizáveis não seriam estrangeiros colonizados no passado, mas nossos conterrâneos, descendentes dos grupos mais explorados no passado. Por isso o segundo “sujeito” mais apontado como devedor foi o governo nacional, com recursos oriundos dos impostos pagos por todos.

Combinado esse dado com o da escolha minoritária dos mais ricos como devedores da reparação, temos que os jovens pesquisados – entre os quais possivelmente se incluem descendentes desse povos explorados – ao mesmo tempo em que indicam uma perspectiva socialmente solidária, aparentemente rejeitam um distributivismo de viés socialista, bem como a perspectiva de que a riqueza na atualidade está relacionada de alguma forma com a exploração no passado.

O dado comum é que, tanto na amostra ibérica quanto na sul-americana, estão presentes escolhas por alternativas que “exportam” a indenização, seja para “todos os países do mundo conforme sua riqueza”, no primeiro caso, seja para os países colonizadores, no segundo caso. É aqui mais expressiva a tendência “exportadora” da responsabilidade reparadora, relacionando a exploração de grupos sociais com a exploração nacional.

Conclusão – Há indicações de tendências rumo a identidades supranacionais?

Dadas todas as limitações dos dados de que dispomos esse texto não poderia pretender ser mais do que um ensaio exploratório, a ser repetido com dados mais amplos e significativos. Por isso as conclusões são limitadas. Por um lado pudemos verificar claramente alguns elementos que indicam a permanência de nossa condição de países que surgiram de colônias europeias, por encontrarmos maior afinidade em alguns pontos com os países que foram nossas antigas metrópoles que com os nossos vizinhos e companheiros de trajetória histórica. Por outro lado, também é possível evidenciar que em outros aspectos tendemos a apresentar aproximações com nossos vizinhos que nos distanciam das opções originadas da cultura histórica dos países colonizadores, por exemplo no que se refere a Brasil e Argentina quando se trata de objetivos de estudar história.

Bibliografia

- ANGVIK, M; BORRIES, B. (eds.) *Youth and History: a comparative european survey on historical consciousness and political attitudes among adolescents*. Hamburr: Körber-Stiftung; Heinrich-Heine-Buchh, 1997. Vol. A (Description).
- CERRI, L. F.; AMEZOLA, G. El estudio empírico de la conciencia histórica en jóvenes de Brasil, Argentina y Uruguay. *Didáctica de las Ciencias Experimentales y Sociales*, v. 24, p. 03-23, 2010. Disponível em http://centros.uv.es/web/departamentos/D90/data/tablonnes/tablon_general/PDF24.pdf. Acesso em 10 jul. 2012.
- GÜNTHER, H. Pesquisa Qualitativa Versus Pesquisa Quantitativa: Esta É a Questão? *Psicologia: Teoria e Pesquisa*. Brasília, v. 22, n. 2, p. 201-210, mai.-ago. 2006.
- HELLER, Agnes. *Uma Teoria da História*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.
- LAVILLE, Christian. Historical consciousness and Historical Education: What to Expect from the First to the Second. In: SEIXAS, Peter (ed.). *Theorizing Historical Consciousness*. Toronto: University of Toronto Press, 2004, p. 165 - 182.
- PAIS, J. M. *Consciência histórica e identidade*. Os jovens portugueses num contexto europeu. Oeiras: Celta, 1999.
- RÜSEN, J. Conscientização histórica frente à pós-modernidade: a história na era da “nova intransparência”. *História: Questões & Debates*. Curitiba, v. 10, n. 18-19, p. 303-328, jun.-dez. 1989.